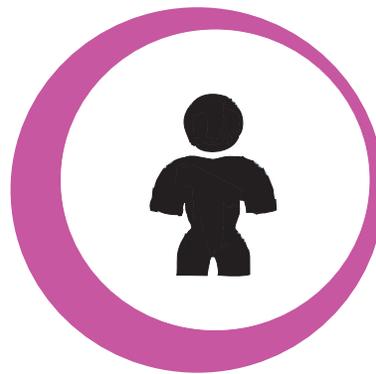


ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS E TÉCNICAS VOLTADOS PARA O RELACIONAMENTO COM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

VOLUME 1



**Universidade Federal do Pará
Gabinete do Reitor
Superintendência de Assistência Estudantil - SAEST
Coordenadoria de Acessibilidade – CoAccess**

Reitor

Dr. Emmanuel Zagury Tourinho

Vice Reitor

Dr. Gilmar Pereira da Silva

Superintendente da SAEST:

Prof. Dr. José Maia Bezerra Neto

Coordenadora de Acessibilidade:

Profa. Dra. Arlete Marinho Gonçalves

Secretária:

Gláubia Rodrigues Amaral

Coordenações especializadas

Deficiência visual:

Profa. Esp. Tatiana de Nazaré de Carvalho Artur Barros

Deficiência Física:

Msc. Gisely Avelar

Carla Adriana Vieira Nascimento

Deficiência Auditiva/Surdez:

Esp. Denise Costa Martinelli

Transtorno Global do Desenvolvimento:

Msc. Rosilene Rodrigues Prado

INTÉRPRETES DE LIBRAS

Esp. Luciana Coelho Rodrigues Lima

Esp. Raquel Nascimento de Souza

Esp. Jociana Ribeiro dos Santos

Esp. Denise Costa Martinelli

Maria Madalena Silva da Silva

Wallace Albuquerque de Queiroz

TRANSCRITORES BRAILLE

Esp. Tatiana de Nazaré Artur de Carvalho Barros

Msc. Aluizio Nogueira dos Passos

Paulo Dourado da Silva Junior

Agnaldo da Silva Barros

AUDIODESCRITORA

Langela dos Santos Carmo

**EQUIPE DE PRODUÇÃO:
COORDENADORIA DE ACESSIBILIDADE
UFPA/CoAcess/SAEST**

Profa. Dra. Arlete Marinho Gonçalves
Coordenadora da CoAcess/SAEST/UFPA

Profa. Me. Rosilene Rodrigues Prado
Coordenadora da Equipe de Transtorno do Espectro
Autista - SAEST/UFPA

Me. Gisely Gabrieli Avelar Castro
Coordenadora da Equipe de Deficiência Física e
Múltipla - SAEST/UFPA

Tec. Carla Adriana Vieira do Nascimento
Terapeuta Ocupacional

Jordana Lourenço de Sena
Bolsista da CoAcess/Saest/UFPA

Fabiano Raposo de Castro da Silva Junior
Bolsista da CoAcess/Saest/UFPA



1. APRESENTAÇÃO

No intuito de promover o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência, matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará, desde 2009, a Coordenadoria de Acessibilidade impulsiona políticas de inclusão e acessibilidade no Ensino Superior para esse público, iniciada por meio da Resolução 3883/2009 e, atualmente, pela nova política de cotas, Lei Nº 13.409/2016.

Em 2016, por meio da criação da Coordenadoria de Acessibilidade - CoAcess, vinculada à Superintendência de Assistência Estudantil - SAEst, a UFPA ampliou suas ações para esse público com intuito de fortalecer e potencializar a acessibilidade na Universidade e garantir de forma efetiva a inclusão e permanência desses alunos. As ações da CoAcess/SAEst estão fundamentadas pelo Decreto Nº 7.611 de 2011, art. 5º e pelo Decreto Nº 7.234 de 2010.

Compreende-se por Coordenadoria de Acessibilidade, a constituição de um espaço físico, com profissional responsável pela organização das ações e articulação entre os diferentes órgãos unidades e subunidades da Universidade Federal do Pará, para a implementação da política de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão no Nível Superior. A CoAcess/SAEst conta com apoio de uma equipe de profissionais especializados para atender e promover acessibilidade aos discentes com deficiência na sua peculiaridade (BRASIL, 2013).

Nessa direção, a CoAcess/SAEst atua na implementação da acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição que maximizem a inclusão na universidade reduzindo ou eliminando as barreiras que se apresenta na vida acadêmica das pessoas com deficiência. As ações desenvolvidas pela coordenadoria integra de forma articulada às demais atividades da instituição, demonstrando seu caráter multidisciplinar para a inclusão educacional e social dos PcDs.



As orientações pedagógicas e técnicas aqui propostas para contribuir no relacionamento com PcD na UFPA estão organizadas em quatro cartilhas que podem auxiliar o professor e o discente sem deficiência em ações que possam garantir a inclusão do estudante com deficiência na universidade. São orientações que podem diminuir barreiras que envolvem processos excludentes, tais como na comunicação, informação, físicas, de mobiliários, atitudinais e tecnológicas.

Os quatro grupos são:

Volume 1 - **Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento junto a pessoas com deficiência física;**

Volume 2 - **Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento junto a pessoas com deficiência auditiva/surdez;**

Volume 3 - **Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento junto a pessoas com deficiência visual;**

Volume 4 - **Orientações pedagógicas e técnicas para o relacionamento junto a pessoas com deficiência intelectual e transtorno do Espectro Autista- TEA;**

Alguns Conceitos:

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da inclusão, de 2008, define que a Educação Inclusiva se constitui como um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

3. PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Considera-se pessoa com deficiência de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, Nº13.146/2015 aquela que tem impedimento em longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas - (BRASIL, 2015).

4. ACESSIBILIDADE

A Acessibilidade do ponto de vista da Lei Brasileira de Inclusão, Nº 13.146 de 2015 e do Decreto da Acessibilidade, Nº 5296 de 2005, é a possibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida alcançar com segurança e autonomia mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, os meios de transportes, informação e comunicação, e ainda, as tecnologias e outros serviços de uso coletivo em todos os espaços (BRASIL, 2015).

5. TECNOLOGIA ASSISTIVA

Tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, conforme a Lei 13.146/15, art. 3º, III é uma expressão utilizada para identificar todos os “produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, prática e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. Em uma perspectiva de desenvolvimento das potencialidades humanas, valorização de desejos, habilidades, expectativas positivas. (BRASIL, 2015)

É SEMPRE BOM LEMBRAR:

“Para entender a pessoa que tem uma deficiência, é preciso enxergar a pessoa e não a sua deficiência.”

6. ADAPTAÇÃO CURRICULAR

A adaptação curricular consiste na garantia de ensino, que assegura adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais da pessoa com deficiência, para exercer o desempenho de suas atividades acadêmicas em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Estas adaptações curriculares ocorrem por meio da oferta, de apoio necessário, que garantam condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (BRASIL, 2015).

PREPARANDO UM EVENTO ACESSÍVEL:

Ao organizar e divulgar a realização de uma reunião ou evento certifique-se que o local é acessível (entradas cobertas, banheiros adaptados, localização no térreo, espaço reservado para as pessoas em cadeiras de rodas e seu acompanhante).

A comissão organizadora do evento deverá disponibilizar nos formulários de inscrição, espaço para que a pessoa com deficiência possa se identificar na condição de PcD e ainda espaço para que ele possa solicitar recursos de acessibilidade ou tecnologias assistivas no evento. Entre em contato antecipadamente com a CoAcess/SAEST/UFGA, para que a mesma possa assessorá-los de forma a garantir o evento mais acessível as pessoas com deficiência.

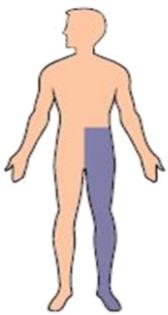


Descrição da imagem: Sobre um círculo cor de rosa, 8 símbolos representativos de diversas deficiências, em branco: transtornos mentais, intérprete da língua brasileira de sinais, autismo, deficiência física, baixa visão, nanismo, cegueira e surdez. Estão posicionados em volta do círculo. No centro, a imagem representativa de um calendário em branco.

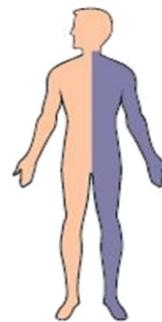
O que é a Deficiência Física?

“Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física” (Decreto, 5692/2004) que resulta em dificuldades na realização de atividades (andar, alimentar-se, usar o banheiro, digitar e escrever) de modo independente (sem auxílio de equipamentos ou de outras pessoas). As causas podem ser congênitas (desde o nascimento) ou adquiridas ao longo da vida. Podem se apresentar sob a forma de paraplegia, parapesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida.

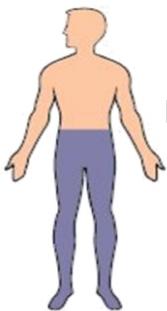
Os termos abaixo relacionados dizem respeito a localização do comprometimento:



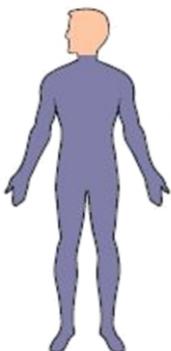
Mono: déficit em uma parte do corpo.



Hemi: déficit na metade lateral do corpo (direita ou esquerda).



Para: déficit em ambas as partes.



Tetra: déficit nos quatro membros (pernas e braços).

Você conhece os termos Plegia e Paresia?

Plegia: Perda grave ou **total** do movimento do membro afetado.

Paresia: Perda **parcial** de força e sensibilidade do membro afetado.

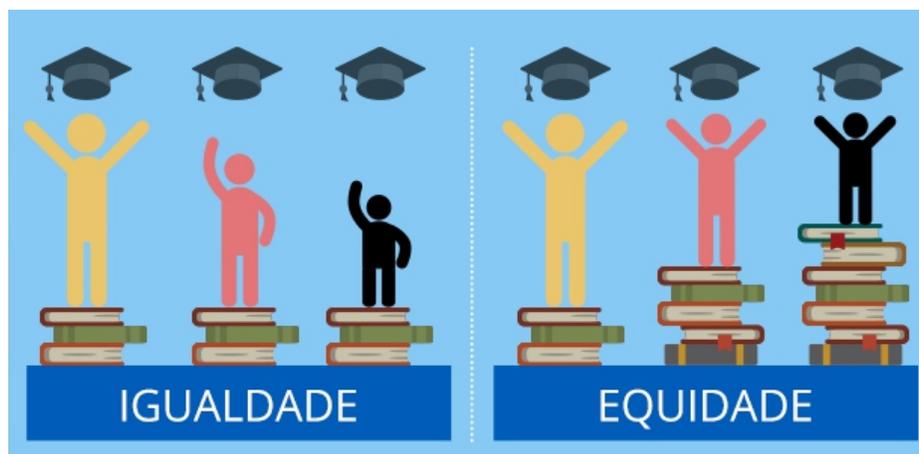
É importante saber que...

Em alguns casos, as pessoas podem apresentar mais de um tipo de deficiência, como por exemplo: deficiência física associada a deficiência visual, deficiência auditiva associada à intelectual, deficiência física e intelectual. A essas situações denomina-se de Deficiência Múltipla, ou seja, quando a pessoa apresenta duas ou mais deficiências.

Fique atento! nem todas as pessoas com deficiência física têm as mesmas características, assim como, não são todos os que utilizam dispositivos de apoio a mobilidade (como cadeira de rodas ou muletas), pois existem comprometimentos neurológicos, musculares e/ou esqueléticos que não são visíveis apenas ao olhar para a pessoa, por isso, tome cuidado na forma como aborda o aluno e os pré-julgamentos, quando observar que sua **deficiência não é aparente**.



Você sabia? O termo igualdade consiste em tratar todas as pessoas como iguais, independentemente do quão diferentes são, pois todos são detentores de dignidade, direitos e deveres na sociedade. Já o termo equidade envolve dar atenção às diferenças, pois as pessoas, de fato, não são iguais e possuem características e necessidades peculiares, ou seja, podem apresentar demandas diferenciadas e por isso se faz necessário pensar em estratégias (que poderão ou não ser comuns para outra pessoa) considerando a individualidade e o contexto em que está inserida. Portanto, a equiparação de oportunidades é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade como o meio físico atitudinal, social, de educação, entre outros, se torna acessível a todos.



Como me referir a pessoa com Deficiência Física?

Sabemos que palavras podem nos ajudar, ou não, dependendo da maneira como as utilizamos. Palavras diferentes possuem sentidos diferentes, então devemos tomar cuidado para não discriminar os alunos com deficiência, mesmo sem essa intenção. Por exemplo, em vez de falar “ele é um deficiente físico”, “ele é um deficiente” ou “ele é um aleijado”, diga **“ele é uma pessoa com deficiência física”** caso você não o conheça.

Evite termos pejorativos ou depreciativos como:

 **Deficiente;**

 **Aleijado;**

 **Inválido;**

 **Defeituoso;**



E mais... bom senso e naturalidade são essenciais no relacionamento com as pessoas com deficiência. Trate-as conforme a sua idade, não as infantilize. Se for um jovem, trate-o como um jovem, se for um adulto, trate-o como um adulto.

Pessoas com deficiência física, causada por lesão no cérebro como a paralisia cerebral, muitas vezes, são erroneamente rotuladas como pessoas com deficiência intelectual mas, em sua maioria, elas apresentam bom desenvolvimento cognitivo ou nenhum problema cognitivo, porém a falta de linguagem oral ou o comprometimento acentuado nessa linguagem, ou mesmo, a falta de oportunidades adequadas no processo acadêmico dessas pessoas podem mascarar o seu potencial intelectual.

Portanto, não inferiorize ou subestime a capacidade intelectual dessas pessoas!

Como auxiliar a pessoa com Deficiência Física?

Pergunte Sempre!

Se você quer ajudar, ofereça auxílio mas nunca aja sem antes perguntar **se** e **como** pode ajudá-lo. Perguntar o que fazer é a melhor forma, pois a pessoa poderá fornecer dicas importantes para que você possa auxiliá-la com segurança. Uma boa opção é perguntar: “**Posso te ajudar?**” e em resposta positiva, pode-se questionar “**Como posso te ajudar?**”. A partir daí a pessoa te fornecerá melhores esclarecimentos de como receber auxílio.

Seja Discreto!

Muitas vezes, a deficiência já chama mais atenção do que a pessoa gostaria, então tente **auxiliar da maneira mais natural possível**, sem negligenciar e nem exagerar nos cuidados e atenção. É preciso estar disponível a pessoa, sem pressa. Lembre-se que, as vezes, o menos é mais!

E quando a ajuda é rejeitada?

Você deve analisar caso a caso, é importante não fazer generalizações. Ainda que a sua ajuda seja negada, nunca deixe de tentar com outras pessoas! Em resposta negativa (aquela em que a pessoa afirma que não quer ou não precisa de auxílio), você se despede normalmente e não precisa sentir-se mal por isso, as vezes, de fato, as pessoas com deficiência preferem fazer sozinha uma determinada atividade, ou então, negam o auxílio porque realmente não precisam dele.

Olá, tudo bem?
Posso te ajudar?



Auxílios para pessoas usuárias de cadeira de rodas

Atenção! Não movimente, apoie ou segure a cadeira de rodas sem antes pedir permissão para a pessoa (“com licença!”, “me permita?!”). Pois a cadeira de rodas faz parte do espaço corporal de quem a utiliza.



Auxílio para descer um degrau alto ou desnível da calçada: a cadeira de rodas deverá ser conduzida de costas, por isso, vire a cadeira de rodas e desça de marcha à ré, caso contrário, a pessoa pode perder o equilíbrio e cair de frente.

Auxílio para vencer subidas: Algumas vezes, será necessário impulsionar a cadeira de rodas apenas sobre suas rodas traseiras (as maiores), diminuir assim o esforço a ser feito para as subidas.



Cuidado! Caso seja necessário carregar a cadeira de rodas, segure sempre em suas estruturas fixas (assento, por exemplo), pois acessórios como apoio de braços e de pernas podem soltar, promovendo acidentes ou danificando o equipamento.

Caso você tenha que orientar um aluno com deficiência física que faça uso de cadeira de rodas, para ir a algum local, sugira **rotas mais acessíveis** (com pisos planos, corredores mais largos, rampas, etc.) e um caminho com menos obstáculos.

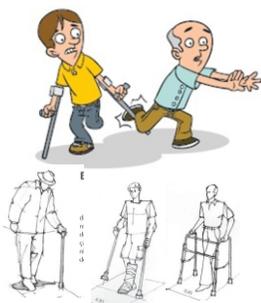


Em diálogos prolongados: procure sentar-se para ficar na altura da pessoa que usa cadeira de rodas ou das que tem baixa estatura (nanismo). Pois é incômodo ficar olhando para cima, por um longo período de tempo.

Ela quer ir ao banheiro? Se for indicar algum banheiro a uma pessoa usuária de cadeira de rodas, que use bengalas, muletas, andadores ou que tenha mobilidade reduzida, procure conhecer ou indicar o banheiro adaptado e acessível para esta pessoa usar.



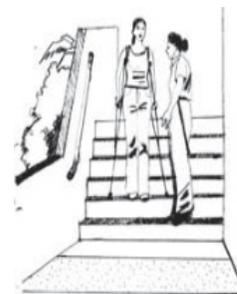
Cuidado! Banheiros, vagas de estacionamento e outros espaços reservados para pessoas com deficiência existem por uma razão: eles facilitam o acesso e a vida cotidiana dessas pessoas. **Evite usar esses espaços** mesmo que seja “rapidinho”.



Atenção! Tome os cuidados necessários para não tropeçar em muletas e bengalas. Para isso, fique atento quando estiver andando nas ruas e corredores. Em locais fechados como salas de aulas, mantenha esses equipamentos sempre próximos à pessoa que o utiliza, não os guarde ou coloque em locais distantes dela, pois pode ser difícil movimentar-se para pegá-lo. Além disso, muletas e bengalas também fazem parte do espaço corporal das pessoas com deficiência.

Se for auxiliar ou acompanhar um estudante com deficiência física que usa cadeiras de rodas, muletas, bengalas, andadores, ou que ande sem um desses dispositivos mas ande lentamente, procure manter o mesmo ritmo na caminhada que ele. Por conta da deficiência, ele poderá andar mais devagar. O cansaço também precisa ser considerado, portanto, em casos de longas subidas, avalie a possibilidade de fazer uma ou mais paradas durante o trajeto.

Os usuários de muletas bilaterais (nos dois lados do corpo) devem ser conduzidos nas subidas, o auxílio consiste em uma pessoa que deverá subir um pouco atrás do sujeito. Para descer as escadas, invertem-se as posições (quem auxilia vai a frente).



Como se comunicar com alguém com comprometimento na fala? No caso de ter um contato inicial com uma pessoa com deficiência física que possui comprometimento na articulação das palavras, o que afeta a fala (e torna-a pouco compreensível), tente perguntas cujas respostas sejam “Sim” ou “Não”. Em outros contatos busque recursos de comunicação alternativa ou aumentativa (como as pranchas, cartões ou aplicativos de comunicação alternativa e ampliada).



Fique tranquilo!

Algumas situações podem parecer embaraçosas, mas tudo vai depender da forma como você lidará com elas. Ter uma deficiência não faz com que a pessoa seja melhor ou pior, mas muitas vezes vai requer algumas adaptações e equipamentos para que ela possa realizar as tarefas pretendidas e/ou necessárias de forma satisfatória e com segurança.

Procure ser bem humorado e respeitoso, isso vale para sua boa relação com todo mundo - pessoas com ou sem deficiência.



Para o processo de ensino-aprendizagem de acadêmicos com deficiência física:



O acadêmico com deficiência física pode ter dificuldade em realizar muitas tarefas rotineiras da universidade, e por isso é necessário encontrar **alternativas** para que essas tarefas do cotidiano acadêmico sejam viabilizadas. Assim, pode-se **introduzir recursos, estratégias e metodologias** de Tecnologia assistiva ou ajudas técnicas que favoreçam o desempenho nas atividades pretendidas do curso. A seguir têm-se algumas orientações pertinentes para favorecer o processo de ensino-aprendizagem dos discentes com deficiência física.

Adaptações organizacionais: são medidas que buscam, por exemplo, diminuir as barreiras arquitetônicas e de mobiliário. Tais como:

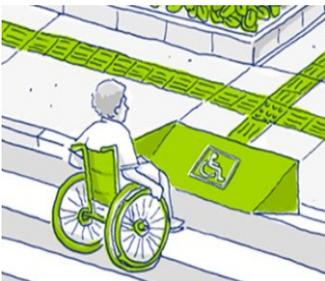
- **Salas fixas:** As aulas das turmas em que discentes com deficiência física, em específico os que utilizam cadeira de rodas para a locomoção, precisam ser semestralmente alocadas em andar térreo e fixa (estudando sempre na mesma sala de aula), como medida preventiva contra a possibilidade de que essas pessoas dependam do funcionamento de elevadores e plataformas de elevação para a locomoção acessível, bem como, prevenindo o risco de quedas e acidentes;
- **Banheiros:** Os banheiros para uso de pessoas com deficiência (PcD), devem ser no andar térreo dos pavilhões de aulas;
- **Atividades acadêmicas como visitas técnicas para demonstração de ambientes técnico-científicos-didáticos, práticas externas ou estágios supervisionados:** É fundamental o planejamento e a visita prévia ao local escolhido para esse tipo de atividade curricular, a fim de verificar a acessibilidade dos espaços para evitar que o aluno seja exposto a situações de constringimento por não conseguir acessar o espaço da atividade planejada e assim, não realizar a atividade acadêmica pretendida.
- **Evitar aulas em locais diferentes em um mesmo dia:** Organizar os horários de aula para o mesmo bloco (ou mesma sala de aula, se possível). Lembre-se que esse aluno tem dificuldade de locomoção, ao colocar aulas no mesmo dia e em blocos/locais distantes será mais uma barreira para que o discente consiga chegar no local e no horário estabelecido.
- **Uso de mobiliário adaptado:** Para as pessoas com deficiência física que utilizam cadeiras de rodas, o uso de **mesa adaptada** nas salas de aula, muitas vezes é fundamental, principalmente, nos casos em que a pessoa não realiza transferência (sair de uma posição para outra, como por exemplo: de sentado para em pé, de sentado na cadeira de rodas para cadeira comum).

Orientações Básicas de Acessibilidade Arquitetônica

A acessibilidade na educação, especificamente no ensino superior, é respaldada pela portaria do Ministério da Educação (MEC) nº. 3.284/2003, que trouxe um olhar específico para as universidades, a fim de assegurar condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade, de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino. Por meio desta portaria as instituições de ensino são avaliadas também em relação às questões de acessibilidade.

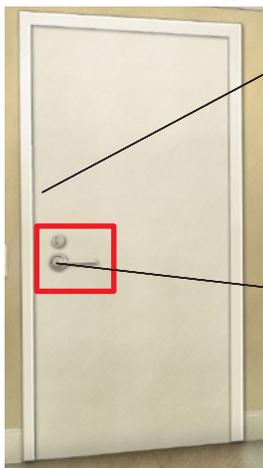
Com base no Desenho Universal, na Lei nº 13.146/2015 e na Norma Brasileira 9050/2015 (ABNT), toda instituição de ensino deve promover ambiente acessível, eliminando as barreiras arquitetônicas e adequando os espaços que atendam à diversidade humana. A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma **análise das condições do ambiente**, numa parceria constante entre profissionais da educação e profissionais como terapeutas ocupacionais, arquitetos, engenheiros civis e outros, dentro de uma perspectiva ampla de inclusão.

Verificando alguns aspectos de acessibilidade arquitetônica para alocação de alunos com deficiência física em salas de aula



Desníveis no Piso: Desníveis como o exemplificado na imagem podem ocasionar situações de risco permanente para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. No caso de eventuais desníveis no piso de até 5mm não é necessário tratamento especial. Acima disso deve ser corrigido por meio de colocação de rampas.

- Portas:



As portas devem ter a largura para a entrada (vão livre) de no mínimo 0,80m.

As portas devem ter uma maçaneta que possa ser acionada por meio de alavanca, conforme o exemplificado na imagem.

- Mobiliário Adaptado: Mesa



Pelo menos 2% do total das carteiras - no mínimo uma para cada duas salas de aula - deve ser acessível. Sugere-se que esse quantitativo garanta mesas em uso e uma quantidade de mesas reservas.

Adaptações na temporalidade: envolve a **dilação de tempo** para a realização de atividades acadêmicas, garantida na Lei 13.146 de 2015, cap VI, art. 30 §V.

- **Refere-se** aos ajustes realizados quanto ao tempo de entrega de atividades acadêmicas e realização de provas, por exemplo. Essa dilação precisa ser discutida a partir da demanda apresentada pelo estudante com deficiência e mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade (poderá ser avaliada pela equipe técnica especializada da CoAccess);
- **Estratégias:** Evitar prazos curtos para a entrega dos trabalhos acadêmicos, considerando discentes que possuam deficiência física as quais comprometem a escrita funcional;
- As adaptações na temporalidade podem envolver também a **flexibilização curricular** que se refere a reorganização curricular com a priorização de áreas ou unidades de conteúdos e a reformulação da sequência de conteúdos que serão cursados ao longo da formação. Nessa perspectiva, é possível estender o tempo de conclusão do curso, para além do preconizado. Mas só deve ocorrer quando necessário, após avaliação da equipe técnica especializada em conjunto com a faculdade e mediante solicitação do aluno.

Adaptações no processo de Avaliação:

São modificações de técnicas de avaliação e/ou dos instrumentos utilizados para realizá-la, o que depende da demanda apresentada por cada discente. A seguir, sugestões de estratégias:

- **Provas mistas**, exemplos: oral e dissertativa; oral e objetiva; oral e com uso de computador (para casos de prova escrita e quando o aluno tem comprometimento na escrita funcional) ou ainda pode-se priorizar uma das metodologias, caso seja necessário (objetiva, oral ou com uso de computador);
- **Realização de provas em meio digital:** com o apoio das tecnologias assistivas, como o equipamento Pceye, baixar softwares como Dictate, Motrix nos computadores /notebooks, disponibilização de mouses adaptados, acionadores, microfones e fone de ouvido;

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Cartilha do Censo 2010: Pessoas com Deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. 32p.
- BRASIL. Governo de São Paulo. **Cartilha de orientação para o atendimento a pessoas com deficiência**. 14.p [ano]. Disponível em: <http://pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/CARTILHA_ATENDIMENTO_PESSOA_COM_DEFICIENCIA_AUREAEDITORORA.pdf>. Acesso em: 18 de Janeiro de 2016.
- BRASIL. Ministério das cidades. **Atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade**. In: Brasil acessível: Programa brasileiro de acessibilidade urbana. 20---. p.62.
- BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Parecer do Conselho Nacional da Educação 17/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jan. 2001.
- BRASIL. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 dez. 2004.
- BRASIL. Cartilha '**Atitudes Que Fazem A Diferença Com PcD**': Garantir os Direitos Humanos é o caminho para a inclusão. Porto Alegre, RS, 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Todos juntos por um Brasil mais acessível: O MP e a pessoa com deficiência**. Brasília: CNMP, 2014. 72 p.
- BRASIL. Programa INCLUIR. **Convivendo com pessoas com deficiência**: um guia para facilitar suas relações no trabalho e na vida. [sem ano]. P.36. Disponível em: <http://www.viacaometeta.com.br/shared/programa-inclusao-social.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2016.
- BRASIL. ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos [2015]. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf. Acesso em: 05 de Abril de 2016.
- BRASIL, Lei Nº 13.146. Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. Senado Federal: Brasília, 2015.